

ECOTURISMO (OU) OS NOVOS ECOS DO TURISMO*

F. Completo

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Av. Condes de Barcelona, 2769-510 Estoril

PRESSUPOSTOS PARA O ENTENDIMENTO DO PARADIGMA DOMINANTE DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

O Turismo é declaradamente a mais importante actividade económica da contemporaneidade. Segundo dados publicados pela Organização Mundial do Turismo (O.M.T.), ao turismo, corresponde actualmente uma taxa de emprego mundial na casa dos 10% e uma taxa de rentabilidade económica global na casa dos 13% em resultado das receitas, a montante e a jusante da realização de 800 milhões de viagens turísticas em 2005.

Um estudo prospectivo sobre a actividade turística para 2020, realizado pelo mesmo organismo aponta para a duplicação deste número no final da próxima década*, e prevê o crescimento significativo do mercado turístico alternativo, onde despontam as práticas de turismo de natureza com um crescimento anual previsto de 5% ao ano. O mesmo estudo avalia o ecoturismo e o turismo de aventura como os produtos de maior projecção e desenvolvimento na actualidade, com taxas de crescimento na casa dos 7% ao ano.

A aparente democratização** do acto turístico, conseqüente do crescimento económico pós-industrial da segunda metade do século XX, determinou como destinos privilegiados de procura turística, os territórios de sol e mar, para consumo balnear e, os espaços urbanos de reconhecida valorização histórico-patrimonial, para consumo de produtos culturais.

Este modelo de desenvolvimento turístico, centrado em dois pólos territoriais distintos, gerou ao longo de três décadas*** uma mecânica progressiva e maximalista de concentração do mercado turístico, promovendo nas dinâmicas de oferta e de procura, uma desenfreada e muita das vezes anárquica, infra estruturação hoteleira e uma elevada massificação turística.

Comparando os dois tipos de territórios, onde o modelo de concentração turística dominante se implantou podemos dizer que a pressão turística exercida sobre os contextos urbanos, foi mais facilmente controlada, não só pelo facto de existirem instrumentos reguladores de ordenamento territorial, mas também porque o *capital* de atractividade turístico-patrimonial era imutável, exclusivo e só por si duradouro, e também porque existia uma eficaz monitorização da sociedade local.

Por oposição, a actividade turística, vista como um pólo fundamental de desenvolvimento económico, por via do efeito multiplicador que gerava****, exerceu uma enorme pressão nos territórios balneares, provocando profundas alterações de ordem física, ambiental e sócio-cultural.

A pressão decorrente da elevada concentração da procura e da conseqüente edificabilidade turística, acarretou profundas alterações geo-morfológicas e paisagísticas em determinados territórios.

A ultrapassagem da capacidade de carga turística, reduziu claramente a qualidade do produto turístico oferecido e veio abreviar drasticamente, os limites de durabilidade do ciclo de vidas de muitos destinos.

O desordenamento territorial e a descaracterização urbanística, somados aos impactos de

* In: Figueiredo AC, JG Barroso, LG Pedro (Eds), 2007, *Potencialidades e Aplicações das Plantas Aromáticas e Medicinais. Curso Teórico-Prático*, pp. 163-167, 3ª Ed., Edição da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa - Centro de Biotecnologia Vegetal, Lisboa, Portugal.

* 1.600 milhões em 2020

** Aparente, porque muito embora estejamos a falar de aproximadamente 800 milhões de viagens turísticas em 2005, importa referir que esse número reporta somente 10% da população mundial e que mais de 80% desse transito se dá, quer em sede de emissão, quer em sede de recepção, no hemisfério Norte e entre (de/para) os países, mais ricos do mundo.

*** De 1950 a 1980, no período a que o economista francês Jean Fourastié, designou como "os anos dourados da economia europeia"

**** Ao nível das receitas, do mercado de emprego, e da qualificação infraestrutural

ordem ambiental, provocados pela massificação turística, são factores que gradualmente colocaram em causa um sistema turístico assente numa monocultura económica autofágica para o próprio mercado turístico e depredadora para o contexto territorial.

O efeito material da singularidade e genuinidade de cada território e de cada comunidade nele residente, foi literalmente posto em questão por um paradigma de tendência hegemónica que através de modelos artificiais, procurou recriar ambientes e paisagens que respondessem ao ideal - tipo de territórios sonhados como destino turístico de eleição. A introdução de espécies vegetais exógenas e muitas das vezes infestantes, a chamada *cocoonização* ou *palmeirização* dos territórios marginais às praias, são exemplos manifestos de uma desvalorização das paisagens autóctones.

A própria construção hoteleira, em muitos casos, ignorou as especificidades da arquitectura tradicional local, evocando princípios maximalistas de gestão de recursos financeiros para edificar segundo um padrão totalmente descontextualizado para a região.

As comunidades locais, se inicialmente, numa perspectiva económica, beneficiaram do efeito multiplicador da actividade turística, rapidamente foram suplantadas pelo efeito inflacionista que o turismo provocava, sofrendo também os impactos decorrentes do processo de alteração sócio-cultural.

O modelo turístico dominante está então basicamente alicerçado na oferta de territórios de sol e mar, altamente saturados e onde a representação social do turista se reduz a uma atitude contemplativa e passiva, não havendo, espaço e motivação para outro tipo de intercepções que não aquela que decorre do facto de estar num ambiente cénico, muita das vezes simulado ou construído.

Todos estes factores, que decorrem da massificação turística e dos impactes que ela promove, associados a profundas alterações de ordem climática e a uma manifesta e crescente consciência ecológica, tem vindo, desde a década de 90 a reduzir a procura dos territórios de sol e mar e a ajudar a implementar um sistema diferenciado de procura e de oferta de territórios e de produtos turísticos alternativos.

O (DES)ENVOLVIMENTO TURÍSTICO: A EMERGÊNCIA DO MODELO TURÍSTICO ALTERNATIVO. (PRESSUPOSTOS PARA O ENTENDIMENTO DO PARADIGMA EMERGENTE)

O modelo turístico alternativo, inscreve-se em três princípios que se complementam. Se por um lado, o conceito focaliza o consumo de novos territórios em alternativa ao espaço litoral-balnear, por outro possibilita a emergência de um conjunto perfeitamente inovador de segmentos e de novos produtos turísticos. Em terceiro plano, o modelo alternativo sustenta-se como oposição a um modelo concentrado e massificador e defende como princípio, processos turísticos integradores e responsáveis, onde se valoriza a diversificação de uso dos territórios turísticos e se defende a necessidade de se diferenciar os produtos turísticos oferecidos.

A valorização das potencialidades endógenas e das comunidades locais também é uma das principais características do turismo alternativo. Esta variedade de linhas de acção, conceptualizam o turismo alternativo como um sistema emergente e promotor de uma nova cultura turística.

Esta nova corrente, encontra-se alicerçada no paradigma do turismo sustentável e procura articular a actividade turística como instrumento de desenvolvimento social, económico e cultural das áreas territoriais onde se aplica.

Dentro deste conceito, enquadram-se produtos como o turismo rural, o turismo de aventura e o ecoturismo.

ECOTURISMO: DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Não existe, em torno da definição de *ecoturismo*, um singular consenso, no que diz respeito à sua autoria e muito menos quando se trata de encontrar, para ela uma determinante e exclusiva clareza conceptual.

A multiplicidade de usos a que a expressão está sujeita, trespassa a natureza ideológico-científica, que lhe serviu de enfoque inicial para assumir um particular destaque de identificação, ao nível do senso comum***** e ao nível da operação e do mercado turístico.

Enquadrado no sistema de turismo de natureza e muitas das vezes confundido com ele, o ecoturismo, ainda referenciado com *ecological tourism*, foi pela primeira vez enunciado em 1965, por W. Hetzer, na sua obra “environment, tourism, culture” e centrava a sua tese em quatro permissas:

- Respeito pelas culturas locais
- Minimização dos impactos ambientais
- Maximização da satisfação do turista
- Maximização dos benefícios atribuídos às comunidades locais

Já nas décadas de 70 e 80, no Canadá, surgiu como produto turístico para um mercado restrito um conjunto de iniciativas designadas como *ecotours*, com o objectivo de promover rotas interpretativas de elevada qualidade cénica, desenvolvendo um corredor turístico ao longo da auto-estrada trans-Canadá.

Todavia a primeira definição formal de ecoturismo surge somente em 1987, quando Ceballos-Lascuráin diz que “*ecoturismo é viajar para áreas naturais conservadas e não perturbadas com o objectivo específico de estudar, admirar e desfrutar a paisagem, as plantas e animais, assim como qualquer outras manifestações culturais - passadas e presentes, existentes nessas áreas.*”

Centrada no princípio do *nature-based tourism*, esta definição foi posteriormente complementada pelo primado do desenvolvimento sustentável, que advoga o princípio da responsabilidade social, como processo integrador de acção entre os visitantes, o meio ambiente e a comunidade de acolhimento, na procura do equilíbrio sócio-ambiental.

Esta clara interacção entre os agentes interventores na cadeia de desenvolvimento do turismo de base natural, encontra-se na definição proposta pela International Ecotourism Society, referindo ser o ecoturismo um segmento especializado do amplo turismo baseado na natureza e que enquadra “*viagens responsáveis para áreas naturais que ajudam a conservar o meio ambiente e promovem o bem estar das populações locais*”

Esta definição assenta, claramente num triângulo funcional, cujos vértices são:

- A base do território natural de acção,
- O sistema de envolvimento com a comunidade no processo de gestão e operacionalização do produto turístico
- A matriz documental, informativa e pedagógica que envolve a própria motivação de procura deste produto.

Estas três dimensões são consideradas para permitir ao ecoturismo absorver ao mesmo tempo questões ambientais e culturais, enquadrando as suas funções fundamentais estabelecidas em 1999 por Sheryl Ross e Geoffrey Wall:

- Educação
- Protecção de áreas naturais
- Valorização económica das comunidades locais
- Envolvimento e participação da comunidade local
- Qualidade da experiência turística

A participação das comunidades locais, a valorização da economia local e a qualidade da experiência turística são as bases conceptuais para a gestão sustentável do ecoturismo e são o fundamento para uma definição mais abrangente proposta por Martha Honey em 1999 na sua obra “*Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise?*” que refere que o “*ecoturismo envolve viagens de pequenos grupos a áreas conservadas, frágeis e em geral protegidas, com o compromisso e intenção de provocarem o mínimo impacto. O ecoturismo promove a educação do viajante, recursos para a conservação da natureza e direcciona os benefícios para o desenvolvimento económico e para o fortalecimento político das comunidades locais, promovendo o respeito por culturas diferentes e pelos direitos humanos.*”

Esta definição enquadra o ecoturismo no modelo de desenvolvimento sustentável e encontra

***** erradamente identificada como turismo verde, responsável, sustentado.....

afirmação institucional, quer em 2000, no acordo de Mohonk (USA), quer na Declaração do Québec (Canadá) em 2002. Em ambos os casos se defende que o *“ecoturismo é uma forma de turismo sustentável em áreas naturais, que beneficia o meio ambiente e as comunidades visitadas e que promove a educação ambiental, o respeito e a consciência sobre o ambiente e as culturas locais.”*

O ECOTURISMO, O AMBIENTE E AS COMUNIDADES LOCAIS

O ambiente é uma das principais preocupações do ecoturismo, nomeadamente o ambiente em territórios ecologicamente frágeis. Como o produto turístico neste contexto depende em larga escala do consumo da natureza, os impactos que ele provoca devem ser minimizados. Os estudos realizados em muitos territórios naturais, sobre a questão dos impactos, ficaram muitas das vezes circunscritos à identificação e diagnóstico dos elementos geradores de ultrapassagem da capacidade de carga, encontrando maiores dificuldades quando se trata de encontrar mecanismos técnicos de planeamento que fixem e que limitem essa situação.

Uma outra situação de significativa importância, prende-se com o tipo de benefícios e com o modelo de participação que as comunidades locais desempenham no processo de planificação e de acção de propostas de ecoturismo.

Conceptualmente o ecoturismo atribui uma singular importância à participação das comunidades locais, potenciando a curto e a médio prazo, a capacidade local de planeamento e de decisão sobre o tipo de propostas turísticas que devem ser aplicadas no território de incidência.

O grau de controle e de decisão, funciona como um instrumento regulador e é um significativo elemento de sustentabilidade, dentro da cadeia de promoção e de acção turística, numa lógica de total valorização, não só das potencialidades físico-paisagísticas dos territórios, mas também dos elementos culturais que as comunidades apropriaram na sua relação com o meio ambiente.

Claramente o ecoturismo deverá funcionar, no quadro comunitário de referência territorial, como um instrumento, que produz directamente benefícios económicos, mas que ao mesmo tempo minimiza os impactos ambientais e sócio-culturais decorrentes do uso turístico e destaca a exclusividade e genuinidade dos territórios, dos produtos e do conhecimento e uso que a comunidade local faz de uns e de outros.

O ECOTURISMO, AS COMUNIDADES LOCAIS E AS PLANTAS AROMÁTICAS E MEDICINAIS (PAM)

O contexto do turismo alternativo, onde o ecoturismo se inscreve, atribui uma enorme importância ao processo que os produtos turísticos temáticos, desempenham na garantia de diferenciação e de exclusividade dos territórios verdes e das populações que os ocupam. Com efeito, a participação das comunidades locais, não se restringe à criação e aplicação de modelos de gestão turístico-ambiental.

A aplicação e transmissão de conhecimentos sobre o território e o seu ecossistema, recriada na forma de percursos e rotas temáticas, sistematiza um conjunto de saberes sobre a fauna e a flora locais, que associados a formas lúdicas, recreativas e desportivas, (teatralização popular, canto, conto, jogos de estratégia, orientação e aventura) tem vindo a ampliar a procura turística por tipos específicos de territórios que combinam o potencial natural, com as dinâmicas culturais da comunidade local.

Neste caso o profundo conhecimento das endogenias ecossistémicas, ao nível da fauna e flora, que as comunidades locais detêm, é fundamental para, em associação com formas de reprodução cultural local, criar pacotes turísticos específicos que cruzem o conhecimento empírico e ancestral sobre as propriedades medicinais de determinada planta; sobre a importância económica da turfa, ou sobre a perigosidade de determinado cogumelo, com preparação de chás, efusões ou pratos tradicionais, com produtos da floresta. Este tipo de produto turístico, para além de rentável do ponto de vista turístico económico, funciona como um instrumento de promoção e divulgação da cultura e do modo de vida locais.

A formação de guias entre as comunidades de acolhimento, a criação de empresas de

animação ambiental, o surgimento de instrumentos de informação e divulgação e a criação de redes empresarias de produção, embalagem e exportação, têm sido factores de desenvolvimento integrado e complementar à política de implementação de actividades ecoturísticas.

A criação de uma rede nacional de identificação, observação, produção e recolha sustentada de plantas aromáticas e medicinais, encontrará no modelo de animação ambiental e desenvolvimento ecoturístico, um veículo de promoção e divulgação de acrescido valor natural e de reconhecida valorização económica.

REFERÊNCIAS

- Barkin D. (1996) Ecotourism: A tool for sustainable development. London, Routledge
Fennell D. (2002) Ecotourism. London, Routledge
Newsome D. *et al.* (2002) Natural area tourism. Clevedon, channel View
Honey M. (1999) Ecotourism and sustainable development: Who owns paradise? NY, Island Press
Wearing S., Neil J. (2001) Ecoturismo. S. Paulo, Manole
WTO (2003) Sustainable development of ecotourism. Madrid, WTO
-